

### **Anexo I.3 – Balanço dos Projetos de Mário Campos**

Os Projetos para a Bacia do Rio Paraopeba (Anexo I.3) fazem parte do Acordo Judicial de Reparação Integral (AJRI) e abrangem os 25 municípios atingidos (exceto Brumadinho). A medida destinou 2,5 bilhões de reais para o fortalecimento de serviços e políticas públicas nesses municípios, como parte da reparação socioeconômica prevista no Acordo.

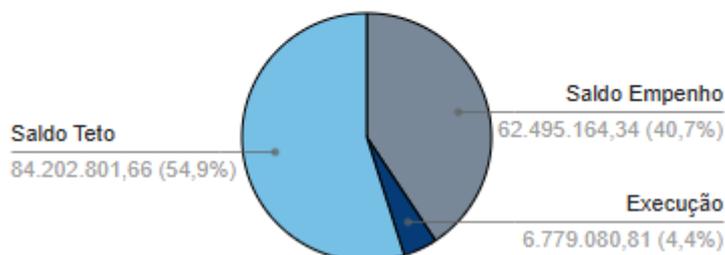
**Mário Campos**, cuja população ultrapassa 15 mil habitantes, destacam-se iniciativas significativas relacionadas à construção e reforma de unidades básicas de saúde, ao fortalecimento da atenção primária em saúde, dos serviços socioassistenciais e psicossociais, à educação profissional e Recapeamento em Pavimentação Asfáltica de Vias Urbanas e Rurais e Revitalização de Praças.

Durante a etapa de Consulta Popular, as comunidades priorizaram projetos que considerassem suas realidades específicas, incluindo investimentos nas áreas de meio ambiente e saneamento, relacionados à gestão e qualidade das águas; saúde; desenvolvimento social, com apoio técnico para a produção sustentável e fortalecimento das cadeias produtivas locais; infraestrutura básica para cultura, esporte e lazer; projetos de mobilidade urbana; além de iniciativas que fomentassem a economia, o trabalho e a renda.

Contudo, a definição dos compromitentes nem sempre reflete as demandas das comunidades. Essa desconexão entre o que foi priorizado e o que foi efetivamente definido, incluindo o local de implantação das iniciativas, gera frustrações e já que muitas comunidades atingidas não se contempladas pelos projetos. Além disso, a falta de transparência na execução dos projetos reforça um cenário insatisfação em relação ao processo de reparação.

Atualmente, o município de Mário Campos conta com um quantitativo de **12 projetos**, sendo 09 projetos que contemplam o Pacote de Resposta Rápida (Priorizam ações imediatas em saúde, agricultura, pecuária, abastecimento e desenvolvimento social) e 03 projetos do Fluxo Ordinário - Consulta Popular (Resultantes de consultas populares em 2021, abordam demandas municipais ou regionais/especiais), sendo o valor do acordo atual para esses projetos de **R\$ 160.201.760,55** (Cento e sessenta milhões, duzentos e um mil, setecentos e sessenta reais e cinquenta e cinco centavos).

**Mário Campos**  
**Valores Atualizados**  
**Acordo Total = R\$ 160.201.760,55**



**Saldo teto:** Saldo que cada município tem a sua disposição para considerar outros projetos a serem executados, considerando ainda um valor de 25% a título de reserva para garantir o término do projeto a despeito de eventualidades.

**Saldo Empenho:** Valor total reservado para projetos que estão com ordem de autorização de seu início e corrigidos monetariamente pelo IPCA desde a data de seu início;

**Execução:** Saldo que já foi empenhando em fase de pagamento.

Entre os 12 projetos/iniciativas contemplados para o município, temos a seguinte situação:

02 se encontram com seu “**avanço físico paralisado**”, sendo eles:

- [Promove Minas](#) **Obrigação de pagar e fazer da Vale**
- [Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial \(RAPS\)](#) **Obrigação de pagar e fazer da Vale**

05 se encontram com o status de “**atraso de até 10%**”:

- [Constru o de Duas Unidades Básicas de Saúde](#) **Obrigação de pagar e fazer do município**
- [Cria o de Centro de Apoio  s Mulheres Vítimas de Violência Doméstica](#) **Obrigação de pagar da Vale e fazer da Vale e dos Municípios**
- [Programa de Educa o Profissional](#) **Obrigação de pagar e fazer da Vale**
- [Reforma de 02 Unidades Básica de Saúde \(UBS\)](#) **Obrigação de pagar e fazer do município**
- [Recapejamento em Pavimenta o Asfáltica de Vias Urbanas e Rurais e Revitaliza o de Praças](#) **Obrigação de pagar e fazer do município**

01 com “**atraso maior que 10%**”:

- [Fortalecimento da Atenção Primária à Saúde](#) **Obrigação de pagar e fazer da Vale**

01 está "no prazo":

- [Fortalecimento dos Serviços Socioassistenciais Municipais](#) **Obriga o de pagar e fazer da Vale**

E apenas 03 projetos se encontram neste momento "**Concluídos**", sendo eles:

- [Doa o de Kits Feira, Estrutura o de Feiras Livres nos Municípios e Orienta o Técnica e Gerencial aos Produtores Rurais](#) **Obriga o de pagar e fazer da Vale**
- [Manuten o de Estradas Rurais e Trabalhos de Recupera o Ambiental \(Fases 1\)](#) **Obriga o de pagar e fazer da Vale**
- [Manuten o de Estradas Rurais e Trabalhos de Recupera o Ambiental \(Fases 2\)](#) **Obriga o de pagar e fazer da Vale**

## **Demandas e atendimentos**

Durante todo o ano de 2024 ainda foram diversas as solicita es das comunidades atingidas sobre os projetos de fortalecimento das políticas e serviços públicos. As solicita es tratam em geral de acesso   informa o, melhorias no site da Auditoria, transparência e controle social sobre os projetos, execu o dos projetos convertidos (em execu o pelos municípios), além de pedidos de aloca o do saldo disponível para projetos a serem implantados nas comunidades atingidas.

A título de demonstra o, do dia **01/01/2024** ao dia **31/12/2024** a Aedas realizou **137 atendimentos** sobre os Projetos (53 na R1 e 84 na R2) e recebeu **81 demandas** sobre o assunto (46 da R1 e 35 na R2).

Para o encaminhamento das demandas   Funda o Getúlio Vargas, Comit  Pro Brumadinho, Institui es de Justiça e Prefeituras Municipais, foram elaborados **41 ofícios** sobre as solicita es das comunidades, sendo 22 da R1, 17 da R2, além de 2 elabora es conjuntas. Além disso, foram realizados e/ou acompanhados **22 espaços participativos ou reuniões externas**, sendo 8 na R1 e 14 na R2. Além disso, existe um processo específico em andamento que envolve o detalhamento dos projetos priorizados pelos Povos e Comunidades Tradicionais das Regiões 1 e 2.

## **Avanços e desafios**

Em 2024 houve retornos importantes relacionados às demandas sobre transparência e controle social dos projetos em execução. A partir da denúncia sobre a ausência de identificação em projetos e equipamentos custeados com recursos do Acordo, os Compromitentes emitiram notificação aos municípios para orientar sobre o uso do Selo Reparação e placas de obras de identificação dos projetos, indicando que esse item passou a fazer parte da verificação realizada em campo pela auditoria, além de estar sujeito à fiscalização de órgãos como o Tribunal de Contas e o Ministério Público. Também se tornou obrigatória a inclusão de um espaço no site das Prefeituras Municipais destinado a informações sobre os projetos convertidos custeados pelo Acordo, entretanto esse item ainda não foi garantido em todos os portais municipais e segue sendo monitorada pela ATI e comunidades. No que diz respeito à auditoria, houve melhorias no site Projeto Rio Paraopeba a partir das diversas solicitações encaminhadas pelas comunidades. Uma dessas solicitações, encaminhada em conjunto com o Observatório Social de Brumadinho, resultou na disponibilização de dados abertos sobre os projetos, aumentando o controle social e transparência sobre sua execução. Também houve a inclusão de informações georreferenciadas sobre os projetos, possibilitando informações mais precisas sobre sua localização nos municípios. Ainda que com avanços, a transparência e controle social sobre as iniciativas seguem sendo pauta das comunidades. A implantação de projetos nas comunidades atingidas também é um tema amplamente reivindicado pelas comunidades. Também tem sido objeto de denúncia a falta de qualidade de algumas obras e/ou falta de irregularidade na oferta de cursos e capacitações. Os próximos passos junto à ATI envolvem a realização de um encontro presencial entre Agentes Multiplicadores e Multiplicadoras dos Anexos 1.3 e 1.4, para debater avaliar a execução, debater as demandas e encaminhamentos relativos aos projetos.